

AVALIAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS DA PNAD DE 2004*

Lauro Ramos

Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea

Sergei Soares

Da Diretoria de Estudos Sociais do Ipea

Marcelo de Ávila

Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é a mais importante fonte anual de informações sobre a realidade social brasileira. Trata-se da única pesquisa com abrangência nacional e periodicidade anual contendo informações sobre o bem-estar da população brasileira. A pesquisa coleta informações de cerca de 400 mil indivíduos em 100 mil domicílios sobre as áreas de população, fecundidade, migração, educação, trabalho e rendimento. Dado o porte da pesquisa e o esmero do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em fornecer dados acurados, estes tornam-se disponíveis apenas um ano após sua coleta.

Os resultados da PNAD de 2004 trouxeram revelações bastante alvissareiras, na medida em que indicam duas tendências importantes que alteram a natureza da evolução verificada nos últimos anos: *a*) tendência do crescimento do emprego, principalmente do emprego formal, o que rompe com a peculiaridade do crescimento da economia sem geração de emprego, como se observou durante a década passada; e *b*) tendência a uma redução sustentada da desigualdade de renda no Brasil, o que interrompe a impressionante estabilidade dos índices de desigualdade observados desde, pelo menos, os anos 1970. Adicionalmente, a PNAD apresenta a consolidação da tendência já observada de queda da fecundidade, agora a níveis abaixo do nível de reposição, o que mostra que a população brasileira deverá cair em algum momento no futuro — e, em termos de mercado de trabalho, que a pressão da oferta sobre a necessidade de geração de empregos deverá diminuir progressiva e expressivamente já nos próximos anos.

Há duas décadas o comportamento do emprego, especialmente o formal, em relação ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), é decepcionante. Durante os anos 1980, o emprego aumentava *pari passu* com a População Economicamente Ativa (PEA) — e o emprego formal a uma taxa semelhante à do PIB, o que indica a inexistência de um mercado de trabalho inclusivo. A partir da abertura comercial do início dos anos 1990, o cenário piorou e o emprego formal esteve essencialmente estagnado, enquanto tanto o PIB como a PEA cresciam, indicando um comportamento excludente do mercado de trabalho, com reflexos negativos sobre a taxa de desemprego, que aumentou sobremaneira.

Os dados dos últimos anos, principalmente o ano de 2004, parecem indicar uma mudança nessa tendência. Conforme mostra a Tabela 1, de 1992 a 2004¹ houve um crescimento de 2,2% tanto da População em Idade Ativa (PIA) como da PEA. No período, o

* Esta nota é baseada em um seminário interno do Ipea realizado em dezembro de 2005 para debater os resultados da PNAD de 2004.

1. A PNAD de 1992 foi a primeira a ir a campo depois das profundas alterações metodológicas introduzidas na pesquisa, que dificultam, e em alguns casos até invalidam, as comparações com a versão anterior.

TABELA 1
PNAD/IBGE: PRINCIPAIS INDICADORES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO
 [em milhões]

Indicador	1992	2003	2004	Cresc. (% a.a.) 1992-2003	Cresc. (%) 2003-2004
PIA	113,30	144,64	147,20	2,2	1,8
PEA	69,71	88,80	91,04	2,2	2,5
Taxa de participação	61,5	61,4	61,8	-	-
Taxa de desemprego	6,5	9,7	9,0	-	-
Ocupação total	65,40	80,16	82,82	1,9	3,3
Empregado	34,22	43,60	46,27	2,2	6,1
Com carteira de trabalho assinada	19,36	23,99	25,56	2,0	6,6
Militares e estatutários	3,97	5,29	5,53	2,6	4,4
Outros sem carteira de trabalho assinada	10,87	14,31	15,18	2,5	6,0
Trabalhador doméstico	4,36	6,15	6,42	3,2	4,2
Com carteira de trabalho assinada	0,76	1,67	1,66	7,4	-0,2
Sem carteira de trabalho assinada	3,59	4,49	4,75	2,1	5,9
Conta-própria	14,20	17,91	18,02	2,1	0,6
Empregador	2,41	3,36	3,43	3,1	2,0
Não-remunerado	6,85	5,66	5,41	-1,7	-4,5
Trabalhador na produção para o próprio consumo	3,21	3,35	3,18	0,4	-5,2
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,16	0,12	0,10	-2,5	-15,6

Fonte: IBGE dos anos 1992, 2003 e 2004.

crescimento de todas as categorias de ocupação, salvo a de trabalhador doméstico, tem sido decepcionante e o mercado de trabalho chegou a 2003 com taxas de desemprego e informalidade acima das de 1992.

A evolução de 2003 para 2004, no entanto, revela um desempenho bastante distinto, com um crescimento da ocupação de 3,3%, muito superior à taxa de crescimento da PIA de 1,8%. São especialmente notáveis os 1,6 milhão de postos de trabalho com carteira que configuram um crescimento de 6,6% desse tipo de emprego. Evidentemente, apenas o tempo dirá se essa inversão de tendência constitui uma mudança estrutural no comportamento do mercado de trabalho. De qualquer modo, o fato de o crescimento do emprego ter sido da ordem do crescimento do PIB por dois anos consecutivos pode ser a sinalização de que o país esteja entrando em uma fase de crescimento econômico mais inclusivo.

No restante desta seção alguns indicadores do mercado de trabalho serão examinados em mais detalhes. Para tanto será utilizada, de acordo com a linha adotada em trabalhos recentes do Ipea, uma definição ligeiramente diferente para ocupação (e, portanto, para PEA, desocupados e taxa de desemprego): são classificadas como ocupadas as pessoas que exerceram trabalho remunerado na semana de referência, bem como aquelas com pelo menos 15 horas de trabalho não-remunerado nessa semana, além das que tinham atividade remunerada da qual se encontravam temporariamente afastadas. Assim, não foram considerados ocupados os indivíduos envolvidos com atividades para o consumo próprio ou construção

para uso próprio, e os que exerceram atividade não-remunerada com jornada inferior a 15 horas na semana de referência.²

Após crescer no período de 1992 a 2003 à média de 2% a.a., de acordo com a definição que acabamos de dar, o nível de ocupação em 2004 experimentou uma expansão de 3,7%, o que corresponde à criação líquida de 2,8 milhões de novos empregos em todo o país, conforme mostrado na Tabela 2. Desse total, 31,6% foram criados nas regiões metropolitanas (RMs), onde a ocupação cresceu 4,4%, e 68,4% em áreas não-metropolitanas, dado o crescimento de 3,5%. O ritmo de expansão da ocupação nas RMs não só foi superior ao registrado nas áreas não-metropolitanas, como também ficou acima da variação observada nas RMs cobertas pela PME³ (4,0%). Em boa medida esse descompasso pode ser explicado pelo excelente desempenho da RM de Curitiba, onde o emprego cresceu 10,2%.

Em termos de grandes regiões geográficas, a região Norte, que tem a menor participação no total de ocupados (5,7%), registrou o maior crescimento da ocupação em termos percentuais. Na outra ponta, a região Nordeste (segunda maior participação), apresentou a menor variação (2,6%), traço que já vem sendo observado há algum tempo (sua fatia no total caiu de 27,8% em 1992 para 26,1% em 2004). O Centro-Oeste, por sua vez, deu continuidade ao desempenho acima da média nacional, crescendo 4,6%. O Sudeste, que responde por quase metade dos postos de trabalho, também manteve o padrão, e cresceu junto à média com 3,5% de expansão. A mudança ficou por conta da região Sul, que teve um bom desempenho, crescendo 4,6%, razoavelmente acima da média para o país como um todo.

TABELA 2
PESSOAS OCUPADAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE
[em milhões]

Ocupados	1992	2003	2004	Cresc. (% a.a.) 1992-2003	Cresc. (%) 2003-2004
Brasil	61,23	75,85	78,69	2,0	3,7
Metropolitano	18,33	23,80	24,84	2,4	4,4
Metropolitano "PME" ^a	15,41	19,42	20,20	2,1	4,0
Não-metropolitano	42,90	52,05	53,85	1,8	3,5
Grandes regiões					
Norte	2,48	4,19	4,46	4,9	6,4
Nordeste	17,05	19,99	20,51	1,5	2,6
Sudeste	26,80	33,39	34,56	2,0	3,5
Sul	10,63	12,68	13,27	1,6	4,6
Centro-Oeste	4,26	5,59	5,89	2,5	5,4

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs de 1992, 2003 e 2004.

^a As seis RMs pesquisadas pela PME são: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador. As demais que constam da PNAD são Curitiba, Fortaleza, Belém e Distrito Federal.

2. A justificativa é que a natureza desses "vínculos" não caracteriza uma inserção de fato no mercado de trabalho. Vale destacar, a Tabela 1 revela que essas atividades vêm perdendo importância relativa ao longo do tempo. Para uma análise mais detalhada a respeito, ver Ramos, L. e Ferreira, V. Geração de empregos e realocação espacial no mercado de trabalho brasileiro — 1992-2002. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, 2005.

3. A PME monitora seis das dez RMs da PNAD, não cobrindo as RMs do Distrito Federal, Belém, Curitiba e Fortaleza.

Os dados da ocupação por grau de escolaridade indicam um maior grau de exigência e seletividade no mercado de trabalho. A parcela da população ocupada com pelo menos 11 anos completos de estudo foi a que mais cresceu de 1992 a 2004 (137,3%), atingindo o nível de 28,2 milhões de pessoas (Tabela 3). Em especial, o ano de 2004 foi o de maior crescimento absoluto desse contingente, na comparação com anos anteriores, com a criação de 2,3 milhões de ocupações. Em contrapartida, os menos escolarizados vêm perdendo espaço na ocupação ano após ano: em 1992 a participação desse grupo de pessoas era de 35,6%, reduzindo-se para 19,9% em 2004 (Gráfico 1). Apenas no ano de 2004, esse grupo perdeu 399 mil vagas de trabalho, tendo sido o único a experimentar uma redução em termos absolutos.

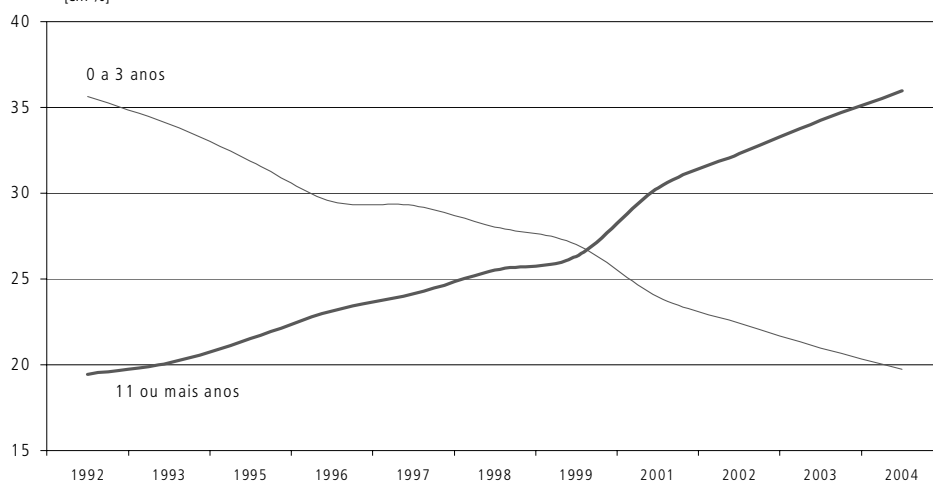
Em relação à evolução da ocupação por grupos de idade, a Tabela 4 mostra que as faixas mais novas confirmaram a tendência de perda de participação no total. O grande destaque fica por conta do encolhimento absoluto do grupo de 10 a 14 anos de idade, que representa boa

TABELA 3
NÍVEL DE OCUPAÇÃO POR GRAU DE ESCOLARIDADE

Ano	Nível e participação	De 0 a 3 anos	De 4 a 7 anos	De 8 a 10 anos	11 anos ou mais
1992	Número de ocupados (milhões)	21,8	19,8	7,7	11,9
	Participação no total (%)	35,6	32,4	12,6	19,5
1996	Número de ocupados (milhões)	18,9	20,5	9,7	14,8
	Participação no total (%)	29,6	32,1	15,1	23,2
1999	Número de ocupados (milhões)	18,6	21,3	10,9	18,1
	Participação no total (%)	27,0	30,9	15,8	26,3
2003	Número de ocupados (milhões)	15,9	21,0	12,3	25,9
	Participação no total (%)	21,1	28,0	16,4	34,5
2004	Número de ocupados (milhões)	15,5	21,1	12,8	28,2
	Participação no total (%)	19,9	27,2	16,5	36,3

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs de 1992, 1996, 1999, 2003 e 2004.

GRÁFICO 1
PARTICIPAÇÃO DE OCUPADOS POR ANOS DE ESTUDO NO TOTAL DA OCUPAÇÃO
[em %]



Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD de 1992 a 2004. Em 1994 e 2000 a PNAD não foi a campo.

TABELA 4
NÍVEL DE OCUPAÇÃO POR GRUPOS DE IDADE

Ano	Nível e participação	10 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 49 anos	50 anos e mais	Total
1992	Número de ocupados (milhões)	2,9	15,7	33,8	8,8	61,2
	Participação no total (%)	4,8	25,7	55,2	14,3	100,0
1996	Número de ocupados (milhões)	2,1	15,7	37,0	9,5	64,3
	Participação no total (%)	3,3	24,5	57,5	14,7	100,0
1999	Número de ocupados (milhões)	2,0	15,9	40,3	11,0	69,2
	Participação no total (%)	2,9	23,0	58,2	15,8	100,0
2003	Número de ocupados (milhões)	1,2	16,6	45,3	12,7	75,8
	Participação no total (%)	1,6	21,9	59,7	16,8	100,0
2004	Número de ocupados (milhões)	1,1	17,1	47,3	13,2	78,7
	Participação no total (%)	1,4	21,7	60,1	16,8	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs de 1992, 1996, 2003 e 2004.

parte do trabalho infantil. O contingente de crianças nessa faixa, que chegava a 2,9 milhões em 1992, diminuiu bastante no período, atingindo 1,1 milhão em 2004. De qualquer modo, ainda se trata de um número expressivo e indicativo de que as políticas de erradicação do trabalho infantil encontram alguma dificuldade na sua implementação e alcance.

As pessoas de 15 a 24 anos de idade, que representavam 25,7% da ocupação brasileira em 1992, também vêm perdendo participação na ocupação com o passar dos anos, atingindo 21,7% em 2004; uma queda de 4 pontos percentuais (p.p.). Esse fato, já presente nos anos anteriores, desperta preocupações sobre a questão da inserção da população jovem no mercado de trabalho. Não obstante, a queda na taxa de participação dessa faixa, apresentada no Gráfico 2, mostra que, em certa medida, os jovens podem estar optando por adiar seu ingresso no mercado de trabalho, de forma a permanecer na escola por mais tempo, com o objetivo de acumularem mais anos de estudo dada a exigência de mais qualificação pelos

GRÁFICO 2
TAXA DE PARTICIPAÇÃO E FREQUÊNCIA ESCOLAR DAS PESSOAS DE 15 A 24 ANOS
[em %]



Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD de 1992 a 2004. Em 1994 e 2000 a PNAD não foi a campo.

empregadores. Naturalmente, esse é um ponto que requer investigações mais aprofundadas para que se obtenha um diagnóstico mais apurado.

Voltando a atenção para a natureza da forma de inserção no mercado subjacente aos postos de trabalho criados, a expansão do emprego formal (vínculos assalariados com carteira, estatutários e militares) tem se portado de forma claudicante. O crescimento desses empregos protegidos de 1992 a 2003 foi, na média, de apenas 2,3% a.a. Em 2004, todavia, houve uma evolução nunca assistida em anos anteriores, com uma expansão de 5,8% de empregos formais.

A região Norte foi a que apresentou a maior variação nessa categoria, com alta de 10,2% no ano, ficando muito acima de seu crescimento médio anual de 4,9% de 1992 a 2003. A região Sul foi a que registrou a segunda maior alta percentual do emprego protegido —7,1% em 2004 ante a média anual de 2,5% de 1992 a 2003. O Sudeste, que agrupa mais da metade dos empregos protegidos (52,9%), registrou incremento nessa forma de ocupação de 5,7% em 2004, ante a média anual de 1,8% de 1992 a 2003.

A discrepância no crescimento do emprego protegido não ocorre só entre as grandes regiões. A percepção bastante disseminada de que houve um aumento substantivo do grau de informalidade⁴ ao longo dos anos 1990 se deve basicamente ao seu comportamento no âmbito metropolitano, de maior conhecimento e repercussão, dada a contemporaneidade e periodicidade da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Na verdade, nas áreas não-metropolitanas há redução desse indicador entre 1992 e 2004, de modo até marcante nos últimos dois anos

TABELA 5
TRABALHADORES PROTEGIDOS
[em milhões]

Trabalhadores protegidos	1992	2003	2004	Cresc. (% a.a.) 1992-2003	Cresc. (%) 2003-2004
Brasil	24,0	30,9	32,8	2,3	5,8
Metropolitano	10,3	12,1	12,7	1,5	4,6
Metropolitano "PME"	8,9	10,0	10,5	1,1	4,3
Não-metropolitano	13,7	18,8	20,1	2,9	6,6
Urbano	12,0	17,1	18,2	3,3	6,4
Rural	1,8	1,7	1,8	-0,4	8,9
Grandes regiões					
Norte	0,8	1,4	1,5	4,9	10,2
Nordeste	4,0	5,2	5,4	2,4	3,7
Sudeste	13,4	16,4	17,3	1,8	5,7
Sul	4,3	5,6	6,0	2,5	7,1
Centro-Oeste	1,5	2,3	2,5	4,4	5,5

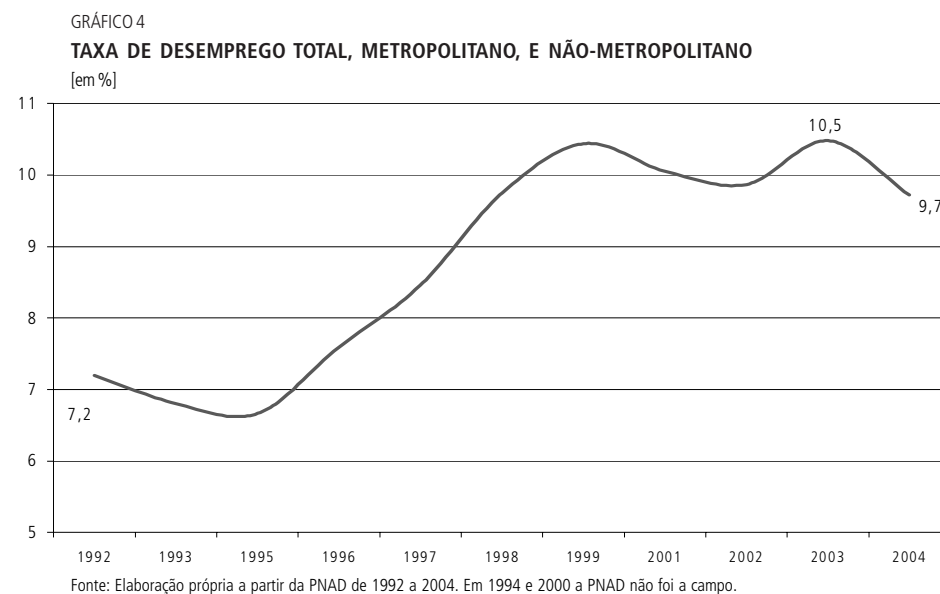
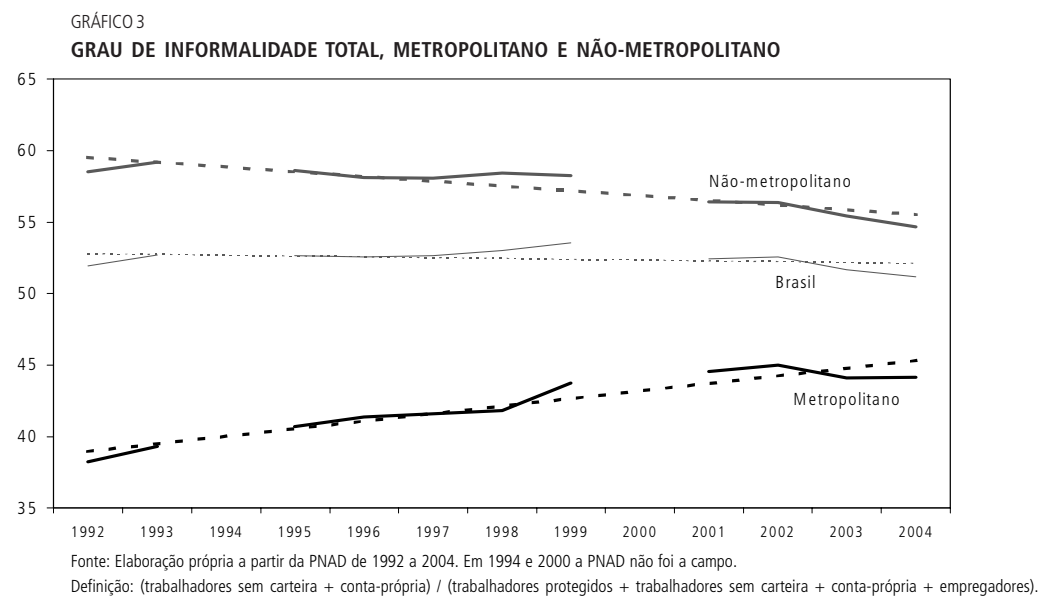
Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs de 1992, 2003 e 2004.

^a As seis RMs pesquisadas pela PME são: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador. As demais que constam da PNAD são: Curitiba, Fortaleza, Belém e Brasília.

4. Foi usado aqui como grau de informalidade a soma dos trabalhadores sem carteira e os conta-própria, dividida pela soma dos trabalhadores protegidos, trabalhadores sem carteira, conta-própria e empregadores.

da série. A combinação desses movimentos em sentidos opostos, como retratado no Gráfico 3, levou a uma convergência entre o grau de informalidade metropolitano e não-metropolitano e, mais recentemente, a uma ligeira redução: em 2004, como resultado do crescimento apreciável do emprego formal, o grau de informalidade no âmbito nacional foi 0,5 p.p. inferior ao nível de 1992, atingindo a marca de 51,2%.

Reflexo do bom desempenho na geração de postos de trabalho, a taxa de desemprego caiu de 10,5% em 2003 para 9,7% em 2004 (Gráfico 4), voltando ao patamar de um dígito. Esse é um desdobramento bastante favorável quando é levada em conta a maior pressão vinda da taxa de participação⁵ — que cresceu de 58,6% em 2003 para 59,2% em 2004.⁶ Mesmo a pressão advinda do aumento da PEA em 2,9% não foi suficiente para aumentar a taxa de desemprego para cima, dado o crescimento de 3,7% da ocupação.

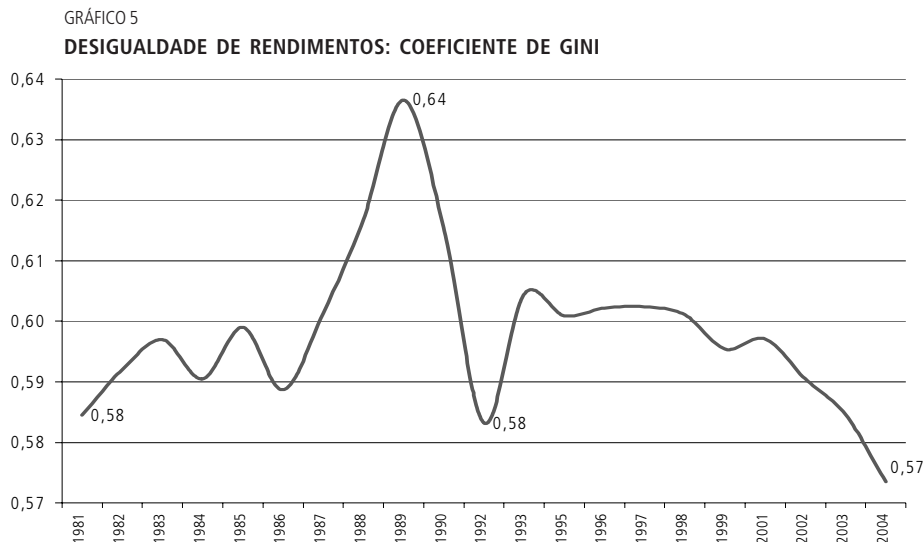


5. A taxa de participação é a razão da PEA pela PIA.

6. Lembrando que esses valores são ligeiramente diferentes daqueles apresentados na Tabela 1, em vista da redefinição da condição de ocupação, que tem reflexos sobre a PEA e a taxa de desemprego.

É importante mencionar que a maior pressão da oferta em 2004 não deve se sustentar por muito tempo, haja vista que em termos de PIA já se observa um crescimento bem menor. A diminuição do ritmo de expansão da PIA é consequência da mudança de padrão demográfico, causada pela queda da taxa de fecundidade brasileira, que já vem ocorrendo há algumas décadas. Nesse particular, o ano de 2004 foi marcante pelo fato de a taxa de fecundidade ter atingido patamar abaixo da taxa de reposição (o nível que garante, no longo prazo, a estabilidade populacional). Assim, é questão de (pouco) tempo para que a pressão da oferta sobre a necessidade de geração de postos de trabalho diminua de forma apreciável.

Por fim, um dos resultados mais notáveis da PNAD de 2004 é que a desigualdade registrada foi a mais baixa desde que a PNAD começou a ser realizada, em 1976. Qualquer que seja o índice, o ano de 2004 apresenta desigualdade menor que todos os anteriores (após 1976). O Gráfico 5 mostra a medida mais comum de desigualdade — o coeficiente de Gini — em comparação com os anos anteriores, mas para outras medidas, tais como o índice de Theil-T, a razão das rendas entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres e a razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres, o ano de 2004 também é o mais baixo da história. Além de 2004 ser o recorde histórico, o período 2001-2004 é o único desde 1981 no qual há queda na desigualdade por quatro anos consecutivos.



Fonte: Elaboração própria a partir de microprocessamento dos dados da PNAD de 1992 a 2004. Em 1994 e 2000 a PNAD não foi a campo.

Em suma, foram claros os progressos do mercado de trabalho em 2004: aumento da ocupação em ritmo bastante superior à média anual da última década, com forte expansão dos empregos protegidos, paralelamente à perda de fôlego do emprego informal, acarretando uma queda no grau de informalidade; queda da taxa de desemprego, mesmo em meio a um aumento da pressão da oferta devido ao incremento da taxa de participação; e continuidade da queda na desigualdade de renda, majoritariamente ditada pelo desempenho do mercado de trabalho, de tal forma que o coeficiente de Gini — assim como outros índices — atingiu o seu menor valor, nesses quase 30 anos de história da PNAD.